TL0496-6

Intervenção de João Maria dos Reis

Senhoras e senhores,
Saúdo a Comissão Organizadora desta Conferência sobre Timor Leste, assim como todos os participantes e convidados.

Sou timorense, ex-funcionário da administração portuguesa de Timor e; até à minha saída de Timor Leste em Outubro passado, funcionário do Departamento de Informação do governo indonésio.
Olhando para a situação geral em Timor Leste desde a invasão do dia 7 de Dezembro de 1975, posso considerar que vivi em condições relativamente privilegiadas.

Primeiro, porque fiquei em Dili, capital de Timor Leste, no dia da invasão, por não ter possibilidades de fugir para a montanha, para as áreas controladas pelas Falintil.

Segundo, porque fui obrigado a integrar-me na função pública da Indonésia como funcionário.

Apesar de tudo, o meu objectivo era abandonar a minha terra natal, mais cedo ou mais tarde, a fim de testemunhar ao mundo o sofrimento do povo maubere e a luta pela independência da pátria de Timor Leste.

Há 14 anos que o povo maubere vive debaixo do terror e os representantes das Organizações Internacionais continuam a permanecer em silêncio, duvidando as declarações dos timorenses que vêm chegando, enquanto as violações dos direitos humanos continuam a ser praticados pelos militares indonésios.
Fui também testemunha de inúmeras violações, mas citarei as que mais perto me tocaram:
No dia 8 de Dezembro de 1975, fui com um grupo de conterrâneos meus apresentarmo-nos ao Comando das forças invasoras.
No caminho fomos controlados por uma secção dos invasores que, reconhecendo um de nós numa fotografia da manifestação da Fretilin, levaram-no para a praia de SOTA e o mataram à rajada.
Três dias depois, em 11 de Dezembro, fui preso, torturado com choques eléctricos, tendo os fios uma ponta ligados aos dedos e a outra à corrente elétrica ou às baterias dos telefones manuais.
Em 8 de Outro de 1976, fui novamente preso e levado para o edifício de Sang Tai Ho, onde fui torturado só porque não conseguiram pôr em funcionamento um projector de filmes de 8mm que encontraram em minha casa. Obrigaram-me a pô-lo em funcionamento e a seguir projetaram filmes pornográficos na presença de três prisioneiras: uma rapariga nova e duas casadas. Depois, violaram-nas durante todo o dia.

Em 1978, o meu cunhado Juvenal Inácio, membro do Comité Central da Fretilin, foi capturado e levado para Dili. Com a autorização do vice-comandante dos serviços secretos, Tenente-coronel Banbang, a mulher e as duas filhas puderam visitá-lo por duas vezes. Mas à terceira foi-lhes negada porque o Juvenal estava a ser interrogado pelo então Ministro de Defesa, General Yusuf. No dia seguinte, já não se encontrva em Dili, pois tinham-no levado e até à data não se sabe do seu paradeiro.

Em Junho de 1980, pela terceira vez fui preso, sob falsa acusação de ter participado no ataque, com os guerrilheiros, no dia 10, à estação da televisão em Marabia. Novamente fui torturado com choques eléctricos e queimado com pontas de cigarros, porque me recusei a fazer falsas acusações contra o falecido administrador do concelho de Dili, Mário Sanches da Costa e o vice-governador de Timor, Francisco Lopes da Cruz, ambos nomeados pelos ocupantes para estes cargos.

No dia 9 de Julho de 1988, Três estudantes de Kribas, uma vila do Concelho de Manatuto, foram obrigados pelos boinas vermelhas a ir para o mato tentar localizar a resistência, munidos com documentos de identificação adequados. No primeiro dia foram interceptados pelo Batalhão 125 que os prendeu e, sem fazerem caso dos documentos, um foi morto à facada, outro morto a tiro quando tentou fugir e o terceiro conseguiu escapar-se, e com dificuldades chegou à aldeia, dando notícias aos familiares sobre o sucedido.

O pai do estudante morto à facada protestou junto dos boinas vermelhas e ao fim de três dias deram autorização para ir procurar o filho. O pai encontrou encontrou o filho completamente desfigurado: a cabeça separada do corpo, o coração, fígado e os intestinos fora dos lugares e os órgãos sexuais cortados e colocados na boca.

Quando voltou à aldeia intimidaram-no a não divulgar o facto.

Foi um indonésio quem me informou deste facto e eu contei aos familiares em Dili.

Queria também falar da liberdade das deslocações, das visitas a Timor Leste, organizadas pelos serviços secretos indonésios e pelo departamento de informação que é chefiado por um timorense, mas 95% são funcionários indonésios, e da minha saída de Timor Leste.

<u>Das deslocações</u>: podia sair do meu bairro sem autorização, mas invocando razões de serviço. Foi o que aconteceu comigo, quando consegui deslocar até Kupang, Timor indonésio, a Jacarta, onde comprei uma autorização e dois passaportes aos serviços secretos (BAIS) por 9 milhões de rupias.

Quando a minha irmã e as filhas saíram através da Cruz Vermelha Internacional para se juntarem aos meus pais na Austrália, tive que pagar dois milhões de meio de rupias para obter um documento afirmando que

ela não estava envolvida em actividades subversivas e que o seu marido Juvenal Inácio já morreu.

Em 1986, os meus foram os primeiros timorenses que visitaram Timor Leste, depois da invasão, mas para isso tive que subornar alguns militares dos serviços secretos, dos quais consegui alguma simpatia.

Em 1986 fui convidado a pedir uma autorização para visitar a minha família na Austrália.

A minha ida à Austrália devia servir de propaganda indonésia, mas a minha mulher e um amigo tiveram que assinar um documento de responsabilidade, caso não regressasse.

Em 1988, foi a vez da minha mulher e filhos visitar os familiares na Austrália e também tive de assinar uma declaração de responsabilidade.

Das visitas estrangeiras: as visitas dos observadores estrangeiros ou de familiares timorenses no estrangeiro têm servido apenas à Indonésia para dizer ao mundo que Timor Leste está bem.

As visitas são programadas umas semanas antes e a locais escolhidos, onde a população é preparada por uma comissão organizadora(panitia) em que entram elementos dos serviços secretos militares, funcionários dos serviços de informação e funcionários dos serviços de comunicação social do governo local. O chefe desta comissão organizadora era sempre o chefe do departamento de comunicação, Mariano Lopes.

Este é o único homem de confiança dos indonésios para acompanhar as delegações estrangeiras nas suas deslocações ao território.

Nos locais de visita (concelhos, postos, vilas) a população é treinada pelos chefes e responsáveis civis e militares (chefe da aldeia, chefe do posto, comandante militar do posto, comandante de polícia, agente militar da aldeia, agente da polícia e chefe do posto de informação do povo).

A população não pode intervir em qualquer entrevista, os responsáveis organizam transportes para levar a população ao aeroporto, acompanhada por militares que, com megafone, lançam palavras de ordem:
"viva Indonésia!","Sai Portugal!", "viva a integração!"

Só podiam entrevistar pessoas já escolhidas e bem treinadas que se enmisturam com a população, nos hospitais, nas prisões, nas escolas e no mercado.

Antes de qualquer visita, os postos militares são retirados, os blindados escondidos, os helicópteros retirados para Ataúro, os aviões de caça e os bombardeiros F5 retirados para as outras ilhas vizinhas, as viaturas militares conduzidos disfarçados em civis e com chapas de matrícula trocadas.

Nas ruas que vão dar ao cemitério militar, às instalações militares em Taibessi, ao hospital militar são colocados sinais de trânsito proí-

bido para evitar entrada das viaturas dos visitantes.
Em Dili não existem apenas duas prisões. Existem outras nos comandos militares,como prisões provisórias.
Elementos da população que durante a noite fazem a vigilância ao serem apanhados a dormir durante o serviço nas ruas, são levados aos comandos militares, onde são torturados e mergulhados nus tanques cheios de água misturada com mijos e fezes.
Para se livrarem destes castigos o maubere tem que oferecer aos militares algum pacote de cigarros ou, no mínimo, cinco a dez mil rupias.
Timor Leste tem as portas abertas para os indonésios das outras ilhas, onde tentam dominar o timorense no comércio, agricultura e educação.
Os desempregados, estudantes, ladrões de Sulawessi e javaneses entram clandestinamente, mas com consentimento dos militares, para perverter Timor Leste.
Em Comoro, parte ocidental de Dili, criaram uma casa de prostitutas chamada "Malvinas", tendo como patrão um tal tenente-coronel Pardede, que em 1985/86 exercia as funções de comandante do distrito militar de Dili; outra casa em Bidau, parte oriental de Dili, chamada "Pasar Sengol", é dos comerciantes de Sulawessi; em Taibessi, o Paiol dos militares; e atrás do Mercado Municipal de Dili, dos comerciantes javaneses.
No comércio, funcionalismo público e educação, 95% são indonésios. No entanto nos aeroportos e portos marítimos são os serviços secretos dos militares quem controla as entradas a fim de evitar entrada de pessoas subversivas das outras ilhas.

Senhores membros desta Jornada de trabalho, membros dos grupos de solidariedade com o povo de Timor Leste, senhores participantes,
suplico-vos que não deixeis no esquecimento e que deis maior atenção à situação de repressão generalizada que há já 14 anos afecta Timor Leste.
Agradeço a atenção que me concederam neste tempo.